

Tráfico no Leblon

« Procura-se sócio para montar boca-de-fumo no Leblon »

Le texte suivant a été publié par l'artiste plastique Antônio Veronese le 30 janvier 2002, dans le quotidien carioca O Globo. À la demande de l'ancien gouverneur de l'État de Rio de Janeiro et ancien candidat du Frente Trabalhista à l'élection présidentielle 2002, Anthony Garotinho, Veronese a été convoqué, en raison de cet article, par la brigade des stupéfiants (Delegacia de Repressão a Entorpecentes). « Lusotopie » publie aujourd'hui la tribune libre qui a valu à son auteur ces démêlés avec des autorités peu enclines à reconnaître leur abandon aux narcotrafiquants des favelas et des quartiers pauvres. Par son ironie, Veronese montre, outre les méthodes commerciales de base d'un « dépôt-vente » de drogue, que la violence et l'illégalité tolérées dans les morros deviennent inacceptables quand celles-ci sont transposées dans les rues chics comme à Leblon. Depuis la parution de cet article, la fiction est devenue réalité, puisque, le 30 septembre 2002, les « trafiquants » ont paralysé, par l'intimidation et la rumeur, l'ensemble de la ville de Rio de Janeiro, y compris les quartiers qui croyaient échapper à leur emprise, d'Ipanema à Leme.

La mésaventure d'Antônio Veronese révèle en outre l'étrange conception du droit d'expression qui est celle d'Anthony Garotinho, dont l'épouse, Rosinha Mateus, a été élue, le 6 octobre dernier, gouverneure de l'État de Rio de Janeiro, dès le 1^{er} tour. Elle indique, de surcroît, que les autorités n'ont pas le moindre humour, quand on pointe leur inefficacité tragique à faire respecter la citoyenneté élémentaire d'une grande partie de leurs administrés, livrés à la dictature quotidienne des narcotrafiquants.

Armelle Enders

Nesses tempos de desemprego e dificuldades, tive uma idéia que pode ser muito lucrativa e estou procurando sócios : montar uma grande distribuição de entorpecentes na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Não em cima do morro, mas aqui embaixo, ao rés do chão, numa rua nobre e de grande poder aquisitivo. Pode ser, por exemplo, na Carlos Góis no Leblon, naquele quarteirão entre a San Martin e a Ataulfo de Paiva. A presença dos cinemas e do Cliper garantem ali grande afluência de público. Lucro certo !! Uma vez definida a localização da nova « boca » o resto é fácil... nas duas esquinas vou postar homens armados de fuzis AR 15. Afinal, se o ponto é bom, é previsível que grupos rivais tentem apoderar-se dele. Espalhados pela quadra, atuarão meninos fogueiteiros, especialmente treinados para avisar quando da chegada da polícia. Naquela pequena

galeria comercial, nos fundos dos cinemas, vou instalar o depósito do pó, e na lojinha do lado, que não deve ter o ponto assim tão caro, vou montar o arsenal; armamento pesado para garantir a segurança da boca. Para distribuição vou cooptar meninos, na faixa de oito a dezessete anos, residentes na própria área. Eles podem ser facilmente localizados nas portas dos colégios Santo Agostinho e Saint Patrick's. Serão treinados e armados, devendo obediência cega ao chefe que, neste caso, serei eu. Seus salários, vou assegurar, serão em muitas vezes maior que as mesadas que recebem dos pais; uma forma eficiente de transferir o pátrio poder para o chefe da boca, quer dizer, do negócio. Ali vou mandar eu, a ferro e fogo, o novo chefe da Carlos Góis! Quem ousar desrespeitar minhas determinações será sumariamente eliminado. Como decorrência natural deste poder, terei acesso restrito a todas as mulheres do quartirão, independentemente se são casadas, solteiras, menores ou virgens. Como contra-partida distribuirei dez por cento do lucro à comunidade, dedicando especial atenção aos doentes e velhos da área. Assistencialismo de ocasião. Se o pessoal do vigésimo terceiro Batalhão ameaçar atrapalhar o negócio, tentarei subornar seu comandante, de forma que trinta ou quarenta por cento do faturamento seja desviado para engordar a parca folha de salários da tropa. Sem problemas. Se esse tipo de negócio funciona e dá lucro em áreas miseráveis da cidade, imaginem no Leblon. Vou ficar rico!! Esses meus planos são, evidentemente, só uma provocação. Imaginem o primeiro telefonema que o 190 da Polícia Militar receberia, quinze minutos após o início das minhas « atividades » na Carlos Góis: « aqui é o doutor fulano de tal... Estão vendendo droga na porta da minha casa e eu exijo, imediatamente, uma providência ». Manchetes escandalosas dariam conta de que um grupo de traficantes teria cometido a suprema ousadia de instalar uma distribuição de entorpecentes em plena zona sul, no seio de uma comunidade respeitável, onde moram advogados, juizes e desembargadores. Em menos de duas horas haveria uma verdadeira blitzkrieg: polícia civil, polícia militar, polícia federal e exército, devolvendo, rapidamente, a paz à nossa respeitável Carlos Góis, poupando suas crianças do trágico destino de se transformarem em vapores do tráfico e de engrossar a aviltante cifra de 600 meninos assassinados por ano somente na cidade do Rio de Janeiro. Por fim, resta uma singela pergunta: e no Morro do Alemão, no Vidigal, na Rocinha, no São Carlos, no Dona Marta, no Esqueleto, na Mineira, na Maré, no Encantado, no Pavão Pavãozinho, no Canta-Galo e em tantos outros sítios urbanos com jurisdição própria, onde o Estado, covardemente, está ausente? Porque a humilde população que mora nesses endereços, a honestíssima vovó vizinha da boca de fumo, e que vê seu neto irremediavelmente ser cooptado pelo tráfico, não podem simplesmente chamar a polícia?

Se os senhores Governador e Ministro da Justiça quiserem eu posso levantar 40 endereços nos quais, hoje à noite, o tráfico de entorpecentes vai funcionar a céu aberto, com filas de usuários, educadamente postadas à espera do atendimento. Locais em que crianças estão sendo corrompidas, em que mulheres estão ameaçadas, em que vidas são perdidas, em que autoridades policiais são aliciadas, em que o negócio floresce sem os riscos da rua Carlos Góis no Leblon. O resto é conversa fiada e pose solene de candidato. Afinal, como ensinava Bertrand Russel, solenidade é, na maioria das vezes, somente um disfarce para a impostura.

Antônio Veronese

*Lettre distribuée par Antônio Veronese à la suite de sa convocation
à la brigade des stupéfiants*

Por especial solicitação do governador, o chefe da polícia civil me intimou a prestar depoimento, ontem, devido ao meu artigo de 30 de janeiro no *O Globo*. Queriam que eu apontasse os pontos de venda de tóxicos de que falo no referido artigo. Atendi prontamente pois acho que todos devemos colaborar com a nossa polícia. O senhor governador estava magoado porque cobrei publicamente uma promessa de campanha que ele me fez, pessoalmente, de que em quatro meses recolheria as crianças de rua. A minha crítica não é à polícia, que tem atuado em condições precárias, mas ao governador que não tem liderança e acaba colocando sua polícia em situações bizarras como esta, mandando me chamar para localizar pontos de venda de tóxicos, quando esses pontos foram apontados em matéria de capa do *Jornal do Brasil* na edição de domingo passado. Na realidade o senhor governador não queria que eu revelasse coisa nenhuma, ele apenas quis me intimidar, devido às críticas que tenho feito à sua administração, e para isso mandou me chamar na polícia, coisa que me aconteceu pela primeira vez em 50 anos de vida.

Sintomaticamente fui convidado a depor na antiga sede do Deops na Rua da Relação, local de triste memória na luta pela democracia e pelo direito de cada um de expressar suas ideias, mesmo que elas contrariem os interesses do senhor governador. Volto a cobrar a promessa que ele me fez de acolher e tratar das crianças que dormem nas ruas. Temos índices alarmantes de mortes e lesões corporais, e a imensa maioria desses crimes é cometida no horário noturno. Rua não é lugar de criança passar a noite! E já que fui intimado, democraticamente intimo o senhor governador a permitir o acesso da imprensa ao Educandário Santo Expedito, onde meninos infratores brasileiros, sob custódia do Estado, são tratados sem nenhuma chance de recuperação.

Antônio Veronese